**PERSPECTIVAS ACERCA DE PACIENTES COM TRANSTORNOS PSIQUIÁTRICOS NO SUS**

Faculdades Pequeno Príncipe

Gustavo Grano de Almeida

Lucas Zantut

Curso de Graduação em Medicina

**INTRODUÇÃO:**

Por muitos anos os pacientes com transtornos psiquiátricos foram tratados de modos não condizentes com os direitos humanos. Eles eram levados a manicômios e submetidos a procedimentos semelhantes ao que se tem ideia de tortura. Essa forma de tratamento perdurou até meados dos anos 1990, quando se iniciou a reforma psiquiátrica no Brasil visando um melhor tratamento a estes pacientes. A existência de locais, como o CAPS e as residências terapêuticas, corroboram para essa adequação ao tratamento ético e flexível desses antigos moradores de hospitais psiquiátricos. A atuação do SUS nessa temática se mostra vital uma vez que esses locais são financiados por ele, e estão intimamente unidos às unidades básicas de saúde.

**PALAVRAS-CHAVE:** reforma psiquiátrica; CAPS; políticas púbicas

**METODOLOGIA:**

Para a realização desse artigo de revisão, foram feitas pesquisas com o acervo bibliográfico cientifico referido na bibliografia.

**RESULTADOS:**

O filosófo Robert Castel cita em seus estudos acerca do tema da reforma psiquiátrica o membro da Socidade Médico – Psicológica parisiense Jules Falret que em visita à aldeia belga de Gheel em meados do século 19, percebeu que alienados habitavam o local e conviviam com camponeses possuindo uma confiança plena de que eram inóxios. O pioneirismo de Philipe Pinel (médico francês) foi importante para a ideia de que a pessoa com transtornos mentais está doente como resultado de suas tensões sociais e psicológicas. Com o alicerce dos princípios da Revolução Francesa, de liberdade, igualdade e fraternidade se sugeriu uma possível solução para a condição dos alienados e visto que esse processo revolucionário foi influente na cultura ocidental tornou – se base para os princípios de tratamento e distinção dos alienistas em diferentes patologias: loucos, desprovidos de razão, delirantes alucinantes) que culminou na criação dos asilos psiquiátricos. Ao longo dos anos, esses locais se tornaram manicômios e foram difundidos no mundo ocidental. Na década de 60 e 70, o filosofo Michel Foucault em seus estudos acerca do tratamento de pacientes com transtornos mentais, tornou – se um dos precursores da teoria fenomenológica, mostrada no livro Historia da Loucura na Idade Clássica, em que o francês sugere o tratamento humano desses doentes, levando em conta sua condição de sujeito, inerente a qualquer pressuposto terapêutico inato e inexorável. Essa perspectiva humanística acerca da potencial reforma psiquiátrica no Brasil tem como início o movimento dos trabalhadores em saúde mental (MTSM) no ano de 1978, que no contexto da redemocratização brasileira na saúde, até então regida exclusivamente pelos princípios liberais e institucionais, aclamavam pela mudança do modelo psiquiátrico clássico. A cidade do interior paulista de Bauru, foi palco no ano de 1987 do encontro do MTSM para reforçar a ideia de não apenas uma desospitalização mas uma desinstitucionalização do sistema psiquiátrico brasileiro. Dois anos após esse encontro, o MSTM santista mostrou – se pioneiro na substituição de um hospício ( hospital Anchieta) com mais de 500 pacientes por um centro de atenção psicossocial (CAPS), nesse contexto, houve o tramite do projeto de lei Paulo Delgado que defendia uma nacionalização da reforma psiquiátrica ao modelo ocorrido no litoral paulista. Ademais, houve a criação do projeto TAMTAM: de Lares Abrigados para ex-internos ou para novos pacientes que não tenham casa ou condições de moradia, e de uma cooperativa de trabalho que oferece condições de trabalho para as populações carentes, com ou sem problema especificamente psiquiátrico. Com a criação do SUS em 1988, existiu a possibilidade de que este pudesse suprir a demanda psiquiátrica retirando assim o poder dos hospitais psiquiátricos já existentes e transferindo esses leitos privados para hospitais gerais com as portarias 189/91 a 224/92 do Ministério da Saúde. Houve, no entanto, um impasse nesse período de reforma que envolveu empresários da época que mercantilizaram a reforma psiquiátrica ao pregar de modo deturpado que o fechamento dos hospitais psiquiátricos tradicional levaria a devolução dos pacientes as famílias ou abandono desses nas ruas. Esse discurso era baseado no empirismo da reforma psiquiátrica estadunidense na qual foi usado o mero subterfúgio neo liberal na transição dos hospitais psiquiátricos sem incluir os protagonistas principais nesse processo, administrando apenas fármacos e psicoterapias tratando a doença e não o doente propriamente dito. O discurso desses empresários era de que uma vez que ainda se cometem crimes a violências contra negros, mulheres a crianças, a luta contra esta violência não teria nem eficácia nem razão de ser. A partir do ano de 1992, a reforma psiquiátrica começa de modo mais contundente com a segunda conferencia para a saúde mental, questionando o modo arcaico no tratamentos de problemas psiquiátricos e propondo o fim dos manicômios no pais e criação de equipamentos e recursos alternativos como residências terapêuticas e CAPS.

**CONCLUSÃO:**

Diante dessa coleta de dados e análise acerca dos estudos obtidos previamente, foi aferido que a evolução da reforma psiquiátrica no país dependeu da atuação efetiva de profissionais de saúde em consonância com o governo federal, em que sua participação está intimamente amalgamado a situação política do pais.

**BIBLIOGRAFIA:**

•AMARANTE, P. **Novos Sujeitos, Novos Direitos: O Debate em Torno da Reforma Psiquiátrica**. Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 11 (3): 491-494, jul/set, 1995.

• CASTEL, R., 1978. A **Ordem Psiquiátrica: A Idade de Ouro do Alienismo.** Rio de Janeiro: Graal.

•FERREIRA, G. **A Reforma Psiquiátrica no Brasil: uma análise sócio-política.** Psicanálise & Barroco – Revista de Psicanálise. v.4, n.1: 77-85, jun. 2006.

•FOUCAULT, M. **História da Loucura na Idade Clássica.** Editora Perspectiva, São Paulo –SP, 1978.